

# O elo entre a teoria das vantagens comparativas e as instabilidades político-institucionais na África subsaariana<sup>1</sup>

Arnaldo Oliveira da Silva Néto<sup>2</sup>  
Águida Cristina Santos Almeida<sup>3</sup>

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal verificar uma provável associação entre a teoria das vantagens comparativas e a condição de subdesenvolvimento da África Subsaariana. Inicialmente foi realizado um breve resgate histórico sobre a formação econômica dos Estados modernos subsaarianos, no contexto do imperialismo do século XIX, e a florescência da divisão internacional do trabalho, no qual ao território africano foi atribuída a função de se especializar no fornecimento de matérias-primas às nações industrializadas. Em seção posterior, foram levantados dados sobre as exportações de sete países da África Subsaariana (Burkina Faso, Chade, Gabão, Guiné, Mali, Níger e Sudão), selecionados a partir do critério da ocorrência de golpes de Estado nos últimos três anos (2020-2023), de forma que fosse estabelecida uma relação entre as instabilidades político-institucionais, as quais fragilizam o processo de desenvolvimento, e a má inserção comercial dos respectivos países. Por fim, foram realizados apontamentos críticos sobre os impactos reais da teoria das vantagens comparativas na região mais subdesenvolvida do mundo, teoria na qual especializou esta região na pobreza.

**Palavras-chave:** Vantagens comparativas; Instabilidade política; Desenvolvimento Socioeconômico; África Subsaariana.

---

<sup>1</sup> Artigo escrito no ano de 2023, no âmbito da monitoria da disciplina Desenvolvimento Socioeconômico II.

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Campina Grande. Mestre em Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. Email: arnaldo.oliveira@estudante.ufcg.edu.br.

<sup>3</sup> Professora da Unidade Acadêmica de Economia e Finanças da UFCG. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

## **Introdução**

O artigo em pauta tem como objetivo principal verificar uma provável associação entre a teoria das vantagens comparativas e a condição de subdesenvolvimento da África Subsaariana. Inicialmente foi realizado um breve resgate histórico sobre a formação econômica dos Estados modernos subsaarianos, no contexto do imperialismo do século XIX, e a florescência da divisão internacional do trabalho, no qual ao território africano foi atribuída a função de se especializar no fornecimento de matérias-primas às nações industrializadas. Em seção posterior, foram levantados dados sobre as exportações de sete países da África Subsaariana (Burkina Faso, Chade, Gabão, Guiné, Mali, Níger e Sudão), selecionados a partir do critério da ocorrência de golpes de Estado, tentados ou efetivados, nos últimos três anos (2020-2023), de forma que fosse estabelecida uma relação entre as instabilidades político-institucionais, as quais fragilizam o processo de desenvolvimento, e a má inserção comercial dos respectivos países. Por fim, foram realizados apontamentos críticos sobre os impactos reais da teoria das vantagens comparativas na região mais subdesenvolvida do mundo, teoria na qual especializou esta região na pobreza.

O tema abordado é de forte relevância acadêmica e social, pois questiona criticamente os pressupostos da teoria econômica predominante, principalmente no tocante aos impactos qualitativos que as distintas atividades econômicas produzem nos países. Para os acadêmicos do mundo subdesenvolvido e emergente, o tema ora tratado é ainda mais relevante, dados os processos de primitivização econômica enfrentados pela América Latina e África, e os riscos impostos aos Estados Nacionais. Deste modo, este trabalho tem como problema central: qual a relação entre a teoria das vantagens comparativas e as instabilidades político-institucionais da África Subsaariana na atualidade?

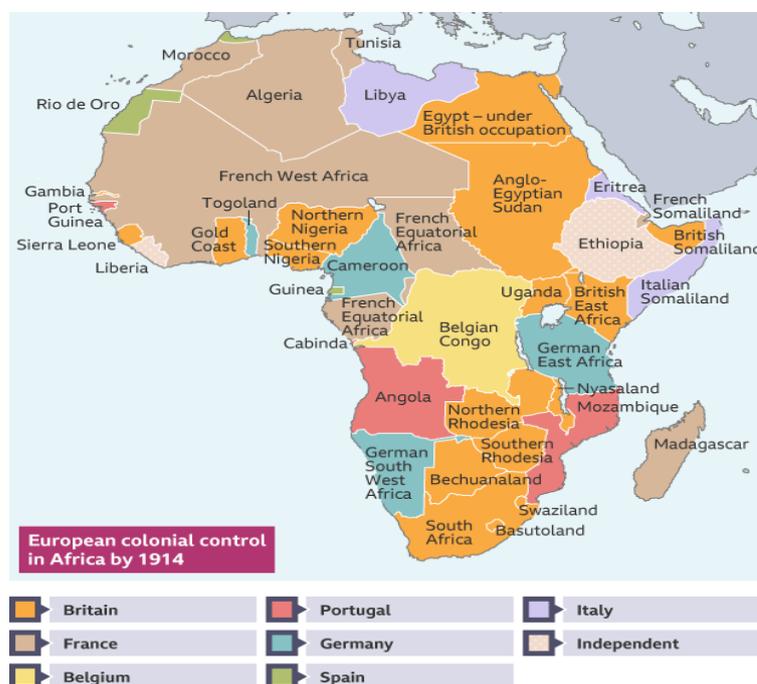
No tocante a abordagem, a presente pesquisa se configura como qualitativa, pois estuda os impactos subjetivos e concretos da teoria ricardiana na instabilidade político-institucional da África Subsaariana, e por consequência, na trajetória de subdesenvolvimento daqueles países. Quanto aos objetivos, considera-se como descritiva. Nos procedimentos foram adotados: pesquisa bibliográfica, histórica e documental, a partir de livros de desenvolvimento socioeconômico e de história, bem como, de artigos científicos e relatório do Fundo Monetário Internacional. Os dados estudados foram levantados a partir do portal do Observatory of Economic Complexity. Por fim, o método científico empregado foi o dedutivo, por confrontar as premissas e concepções contidas na teoria ricardiana e do

desenvolvimento, empregando-se uma abordagem listiana<sup>4</sup>, que subsidiará uma reflexão sobre os países da África Subsaariana.

## 1 A colonização do continente africano como algo “moralmente defensável”

A formação dos Estados modernos da África Subsaariana, região geográfica situada ao sul do deserto do Saara, está intimamente ligada ao processo de colonização empreendido pelos europeus no século XIX, sob a roupagem do imperialismo. As fronteiras modernas desses Estados foram traçadas artificialmente pelas potências imperialistas europeias, a partir da Conferência de Berlim (1884), ignorando os aspectos naturais, demográficos e culturais daqueles territórios (Campos Filho; Deus; Santos, 2021).

**Figura 1:** Mapa político da África em 1914.



Fonte: BBC, s.d.

Em um curto período de tempo do século XIX, os reinos, impérios, dentre outras configurações sociais do continente africano, sucumbiram à rápida expansão colonial europeia, à exceção da Libéria e da Etiópia. O que se mostrou uma avassaladora perda de

<sup>4</sup> Friedrich List (1789-1846) foi o precursor da escola histórica alemã, adotou uma metodologia indutiva e histórica no estudo da economia, na qual demonstrou a necessidade da realização de estudos empíricos históricos para explicar os fenômenos econômicos presentes, e de testar e desenvolver novas teorias. Foi um notável crítico da escola clássica e da universalização de suas teorias de livre-mercado, defendendo a implantação de tarifas protecionistas para as indústrias em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se opunha ao favorecimento da agricultura (Brue, 2006). Forte defensor da atuação do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, List deixou uma fundamental contribuição às teorias econômicas que fogem das abstrações genéricas dedutivas das escolas clássica e neoclássica.

autonomia para as nações africanas, enquanto que para as nações europeias, o imperialismo demonstrou ser uma oportunidade ímpar de expansão do mercado consumidor, bem como, garantia de suprimento de matérias-primas para a próspera indústria metropolitana (Campos Filho; Deus; Santos, 2021). Hobsbawm (1988, p. 57) observou que no início do século XX, praticamente toda a África estava sob o domínio colonial: “Por volta de 1914, a África pertencia inteiramente aos impérios britânico, francês, alemão, belga, português e, marginalmente, espanhol, à exceção da Etiópia, da insignificante Libéria e daquela parte do Marrocos que ainda resistia à conquista completa”.

Inglaterra e França lideraram a expansão territorial colonial na África e na Ásia, entre o século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial, de modo que, não por mera coincidência, se consolidaram como as grandes potências industriais e políticas da *Belle Époque*. “Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados” (Hobsbawm, 1988, p. 58). A expansão territorial europeia do referido período foi um fenômeno nunca antes visto na história da humanidade, grandes extensões territoriais transcontinentais sob o domínio de poucos países, do continente que já foi uma das regiões mais pobres e conflituosas do mundo, a Europa.

A África foi o continente de onde a Europa mais extraiu riquezas naturais para alimentar a sua indústria ascendente, principalmente minérios, enquanto que a Ásia representava seu maior mercado consumidor. Um dos instrumentos de dominação adotados para que isso fosse concretizado foi à aliança com elites locais colaboracionistas, as quais recebiam em troca apoio administrativo e cargos de relevância na administração local (Campos Filho; Deus; Santos, 2021).

Em ênfase ao aspecto econômico do processo de colonização do continente africano, Hobsbawm (1988) compreende que as minas tiveram papel fundamental na expansão territorial europeia, bem como, foram muito eficazes na ocupação das colônias, pois os lucros que elas proporcionavam eram excepcionais, viabilizando também a construção de ferrovias. Apesar da importância central da mineração na expansão colonial, as culturas agrícolas também tiveram sua relevância, a exemplo do cultivo do cacau na África Ocidental, de onde os fabricantes ingleses Quaker obtinham sua matéria-prima principal, para a produção de bebidas não alcoólicas e chocolates (Hobsbawm, 1988).

Além do mais, o expansionismo territorial, por si só, não foi a única força motriz para a consolidação dos impérios coloniais na África, pois a pressão e influência de grandes grupos

econômicos específicos, notadamente os industriais, impulsionou esse processo, como aponta Hobsbawm (1988, p. 72):

[...] em todos os casos houve forte pressão de grupos econômicos específicos — notadamente os associados ao comércio ultramarino e às indústrias que usavam matéria-prima ultramarina — em favor da expansão colonial, que eles naturalmente justificavam com as perspectivas de vantagens nacionais.

Para se ter uma ideia do impacto que a revolução industrial inglesa impôs ao mundo, transbordando as fronteiras do continente europeu, Nayyar (2014) aponta que até a Revolução Industrial, as distinções econômicas entre os continentes não eram tão notórias, em se tratando do indicador PIB *per capita*, e as categorizações entre os territórios levavam em consideração critérios mais de ordem geográfica do que de natureza econômica.

O ponto de virada se deu a partir da Revolução Industrial, notadamente após a globalização desenfreada experimentada após 1820. Até este ano, a proporção do PIB per capita entre a Europa Ocidental e a África era de 1/3, caindo para 1/7 entre 1820 e 1950, revelando assim uma enorme divergência entre colonizadores e colonizados, durante a era da globalização. “Ao que parece, num curto espaço de 130 anos, a Europa Ocidental e as Ramificações do Ocidente (principalmente os Estados Unidos) dispararam na dianteira, deixando o resto do mundo para trás” (Nayyar, 2014, p. 45).

O processo teve início por volta de 1820, seu resultado foi discernível em 1870 e prosseguiu até 1950 [...]. O que Nayyar denomina de Ocidente (representando pela Europa Ocidental, ramificações do Ocidente, Leste Europeu, antiga URSS e Japão), elevou sua participação no PIB mundial de 36,9% em 1820, para 72,9% em 1950. Em contrapartida, o que Nayyar denomina de resto (África, Ásia, América Latina), caem de 63,1% para 27,1% a participação no PIB mundial entre 1820 e 1950 (Nayyar, 2014, p. 37).

Apesar da forte expansão comercial internacional presenciada no continente africano no século XIX, tanto em relação às exportações, quanto às importações, essa globalização se deu de forma distinta da experimentada pela Europa Ocidental, como conclui Hobsbawm (1988, p. 70):

Praticamente todas as importações e exportações de qualquer região da África subsaariana iam ou vinham de um pequeno número de metrópoles ocidentais, mas o comércio metropolitano com a África, a Ásia e a Oceania, embora aumentando modestamente entre 1870 e 1914, permaneceu bastante marginal.

Compreende-se, portanto, que o livre-comércio, ora defendido como o pilar da economia moderna, era válido para um restrito número de países industrializados, enquanto

que os territórios coloniais estavam presos em relações comerciais dependentes com as suas respectivas metrópoles, destoando o ideal de livre-comércio: “[...] o livre-comércio se impôs na Ásia, na África e na América Latina na medida em que o imperialismo forçou a abertura dos mercados, por meio da diplomacia das canhoneiras ou da dominação colonial” (Nayyar, 2014, p. 54). Entre 1870 e 1914 a maior parcela do comércio internacional consistiu no comércio intersetorial, se caracterizando pela troca de produtos primários, oriundos das colônias ou “quase-colônias”, por manufaturas produzidas na Europa Ocidental (Nayyar, 2014).

Nota-se, portanto, que o neocolonialismo no continente africano deu continuidade a um aspecto da política mercantilista praticada por Portugal e Espanha na América Latina, instrumentalizada por meio do pacto colonial. À metrópole, era atribuída a função de produzir manufaturas e obter uma balança comercial favorável, à colônia, era atribuída a função de produzir matérias-primas direcionadas ao benefício econômico da metrópole. Reconhecendo os benefícios econômicos que essa prática proporcionou a Portugal e Espanha, as novas potências coloniais deram continuidade (Hobsbawm, 1988, p. 62):

[...] transformaram o resto do mundo, na medida em que o tornaram um complexo de territórios coloniais e semicoloniais que crescentemente evoluíam em produtores especializados de um ou dois produtos primários de exportação para o mercado mundial, de cujos caprichos eram totalmente dependentes.

A defesa de um livre-comércio globalizante, que traria benefícios a todos os envolvidos, tornou-se um mito teórico da economia clássica, no entanto, sem nenhum respaldo empírico, pois apenas meia dúzia de países industrializados mantinha o domínio das trocas comerciais, estando as nações africanas subordinadas à demanda industrial europeia por matérias-primas. “Qualquer que fosse a retórica oficial, a função das colônias e das dependências informais era complementar as economias metropolitanas e não fazer-lhes concorrência” (Hobsbawm, 1988, p. 63).

### *2.1 A teoria das vantagens comparativas como o argumento moral para justificar a colonização*

No século XIX, um aspecto fundamental diferenciou a prática pró-manufatura das potências europeias do pacto colonial exercido por Portugal e Espanha nos séculos anteriores: a justificativa teórica e científica. David Ricardo teve papel crucial para fundamentar cientificamente tal política, no capítulo VII de sua principal obra, “Princípios de Economia

Política e Tributação” (1817). O influente economista clássico britânico pressupôs a existência de um sistema comercial perfeitamente livre, bem como, países soberanos, com completo gozo de autonomia política e econômica (Ricardo, 1996, p. 97):

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio.

Era certo e sabido por David Ricardo que o sistema comercial mundial não era perfeitamente livre, e que o mundo não-europeu, esteve sob domínio direto ou indireto dos impérios coloniais. Além de partir de uma premissa não real, Ricardo aplicou a teoria do valor-trabalho ao comércio internacional, sem filtros, reduzindo-a a “troca de horas de trabalho desprovidas de qualidade” (Reinert, 2016, p. 379). Para Reinert (2016, p. 382), o malabarismo teórico realizado por David Ricardo não foi ao acaso, pois: “[...] o aspecto central da política econômica na época de Ricardo era proibir indústrias nas colônias. Com sua teoria das vantagens comparativas, pela primeira vez o colonialismo tornou-se moralmente defensável”.

A partir da perspectiva apresentada por Reinert, é possível observar que as nações africanas não se especializaram na produção de matérias-primas por considerarem que isso lhes seria economicamente vantajoso, com base na teoria das vantagens comparativas, mas as mesmas foram forçadas a se converterem em fontes de recursos naturais para fomentar a indústria europeia. A teoria ricardiana do comércio internacional deu um falso respaldo científico ao caráter supostamente benéfico do domínio colonial do território africano ou em qualquer outro território que tenha sido colonizado.

Nesse sentido, Hobsbawm (1988) ressalta que a economia do século XIX era, e só podia ser mundial e internacionalista. Nada poderia interferir no livre movimento dos fatores de produção, bem como, a divisão internacional do trabalho era a garantia do crescimento máximo da economia e de sua melhor eficiência. Além disso, a teoria clássica, dominante na época, admitia a aceitação das consequências mais extremas e absurdas de seus pressupostos teóricos, como a colonização, desde que essas consequências corroborassem à otimização dos resultados econômicos globais. Sobre as colônias, o autor (1988, p. 43) ainda menciona que:

Estas regiões não tinham opção, já que ou uma potência colonial decidia o que tinha que acontecer a suas economias, ou uma economia imperial tinha condições de transformá-las numa *banana* — ou café — *republic*. Ou, ainda, essas economias não costumavam estar interessadas em opções alternativas de desenvolvimento, pois era visivelmente remunerador para elas se transformarem em produtoras especializadas em produtos primários para um mercado mundial composto pelos Estados metropolitanos. No mundo periférico, a "economia nacional", na medida em que se puder dizer que tenha existido, tinha funções diferentes.

Pelo exposto, compreende-se que a formação dos Estados-nacionais da África Subsaariana esteve intimamente ligada a inserção dessa região no comércio internacional, quando foi convertida em mera fonte de matérias-primas e de mercado consumidor para a indústria das nações colonizadoras. Sob a égide do livre-comércio e da divisão internacional do trabalho, fundamentada na teoria das vantagens comparativas, a colonização da África Subsaariana foi “moralmente defensável”, pois a sua vantagem econômica natural era a de produzir matérias-primas, de acordo com a teoria ricardiana. Por consequência, essa formação histórico-nacional dos países subsaarianos traz repercussões de ordens econômica e institucional na atualidade, como será exposto na seção seguinte.

## **2 A África Subsaariana contemporânea como fruto da teoria das vantagens comparativas**

A análise a ser desenvolvida, sobre aspectos econômicos e institucionais dos países da África Subsaariana na contemporaneidade, parte da formação histórica dos Estados modernos, concebidos e loteados como territórios de exploração de matérias-primas, cumprindo esse papel na divisão internacional do trabalho durante o período colonial. Discutir-se-á a continuidade dos efeitos da teoria das vantagens comparativas como fio condutor do destino perverso das economias subsaarianas.

Para fins metodológicos, torna-se importante o estabelecimento de um critério para a seleção dos objetos a serem estudados, quais sejam, os países da África Subsaariana. Para tanto, destacar-se-á aqueles que apresentaram profundas instabilidades institucionais nos últimos três anos (2020-2023), considerando a ocorrência de golpes de estado, tentados ou efetivados. Esse critério de seleção se deriva do argumento de Reinert (2016, p. 314) de que a ausência de atividades de rendimentos crescentes em um país, ou seja, aquelas ligadas à indústria e aos serviços avançados, geram-se Estados fracassados: “Na ausência de uma massa crítica de atividades schumpeterianas, tentar impor às nações o nosso tipo de ‘civilização’ e de democracia produz ‘Estados fracassados’ e nos leva a carnificinas e atoleiros como os do Iraque e do Afeganistão.”

Para List (*apud* Reinert, 2016, p. 342) “as pré-condições para a riqueza, a democracia e a liberdade política são as mesmas: a existência de um setor diversificado sujeito a rendimentos crescentes”, portanto, a condição a qual foi imposta à África Subsaariana, de fornecedora de matérias-primas para o mercado mundial, fragiliza seus Estados nacionais, diante da ausência da pré-condição mencionada por List. Em sentido oposto, a teoria neoclássica, que sucedeu algumas das ideias de David Ricardo, dentre elas, a teoria das vantagens comparativas, não reconhece qualquer vínculo entre a estabilidade democrática do Estado-nação e suas atividades econômicas, do ponto de vista qualitativo, ou seja, das diferentes capacidades que atividades econômicas vinculadas à indústria têm em criação e capacidade de apropriação de valor adicionado (Reinert, 2016).

Com o objetivo de proporcionar uma melhor constatação daquilo teorizado por List e Reinert, de que a ausência de atividades com rendimentos crescentes, bem como a predominância de atividade exportadora ruim (malthusiana), dominada por produtos primários, produz Estados fracassados, será apresentada a pauta exportadora (em valores percentuais) e a destinação das exportações (em valores percentuais) de sete países africanos, selecionados a partir do critério da ocorrência de golpes de Estado, tentados ou fracassados, nos últimos três anos (2020-2023), quais sejam: (i) Burkina Faso; (ii) Chade; (iii) Gabão; (iv) Guiné; (v) Mali; (vi) Níger e; (vii) Sudão (France Presse, *apud* G1, 2023; .BBC, 2023).

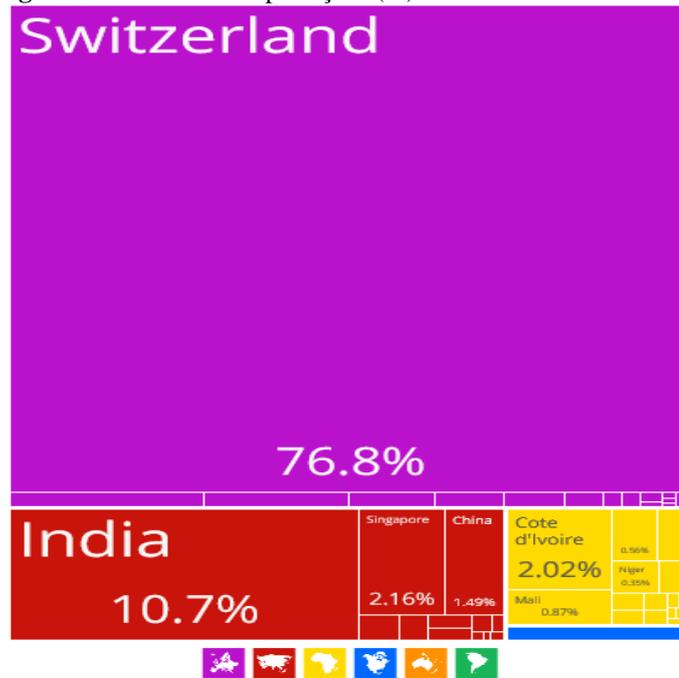
#### (i) Burkina Faso

**Figura 2:** Exportações (%) de Burkina Faso em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

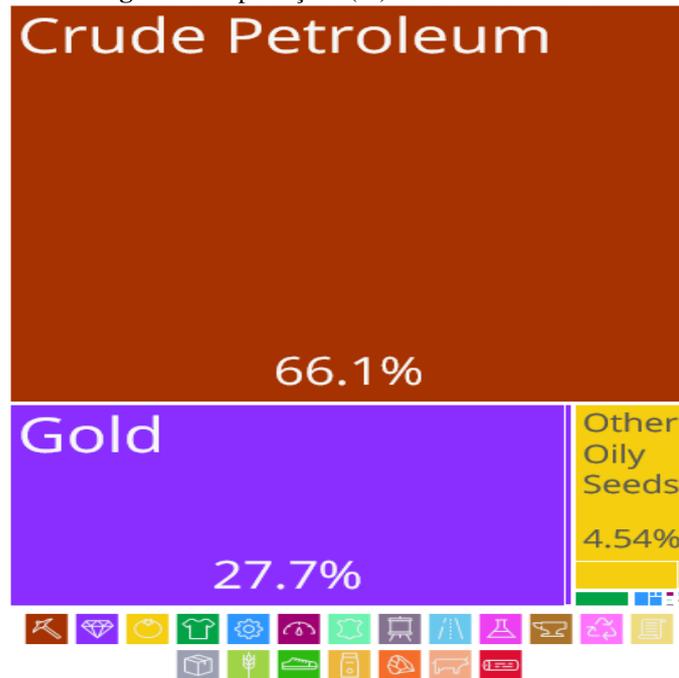
**Figura 3:** Destino das exportações (%) de Burkina Faso em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

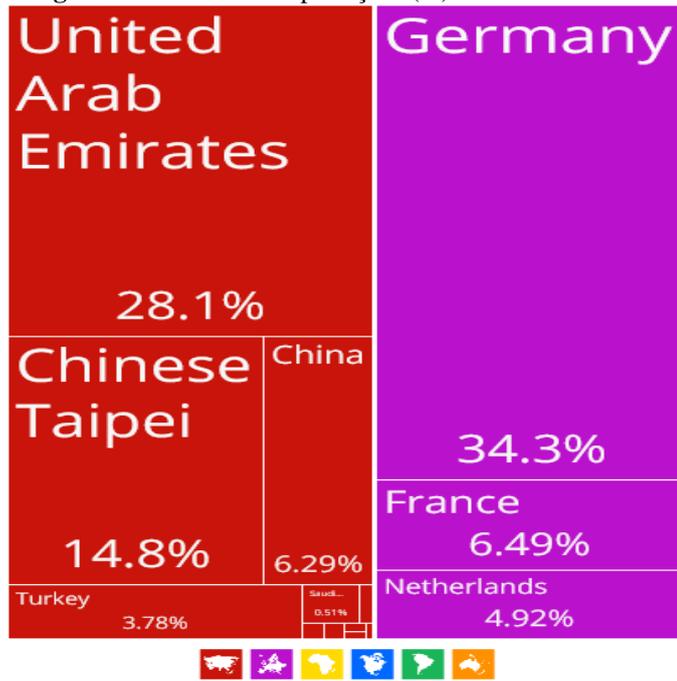
(ii) Chade

**Figura 4:** Exportações (%) do Chade em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

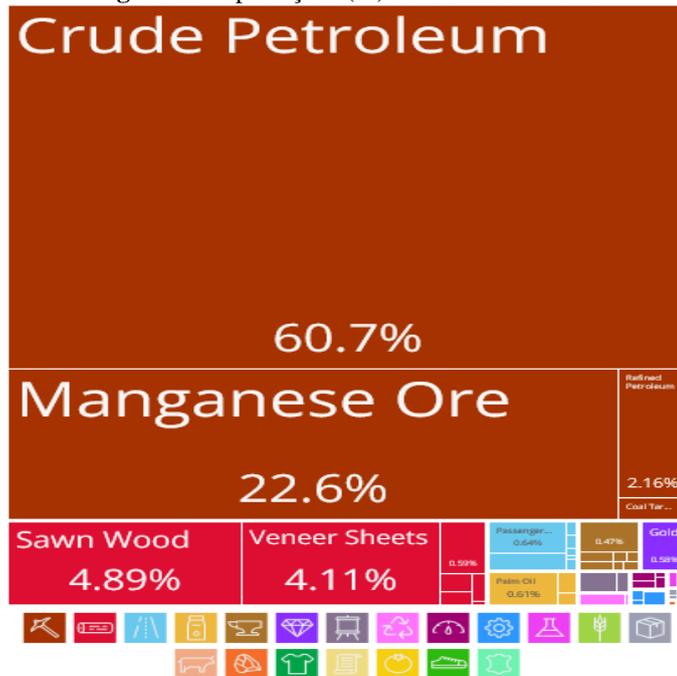
**Figura 5:** Destino das exportações (%) do Chade em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

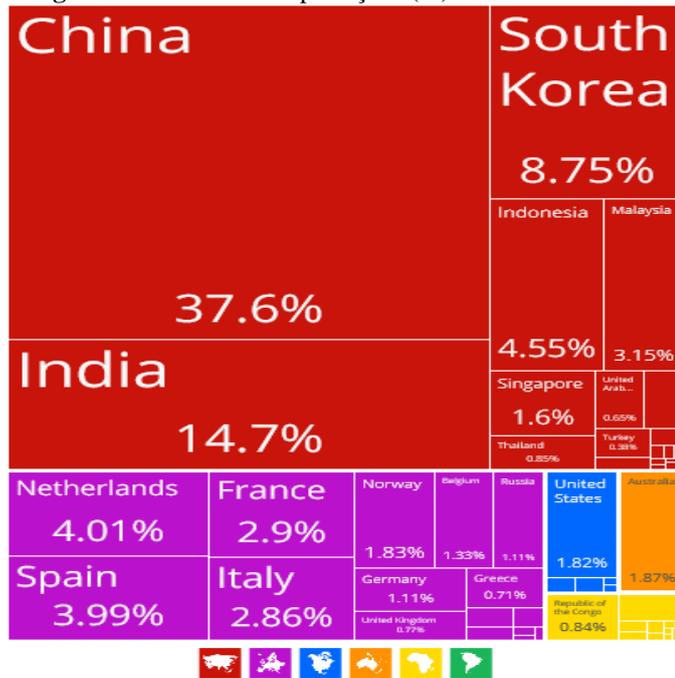
(iii) Gabão

**Figura 6:** Exportações (%) do Gabão em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

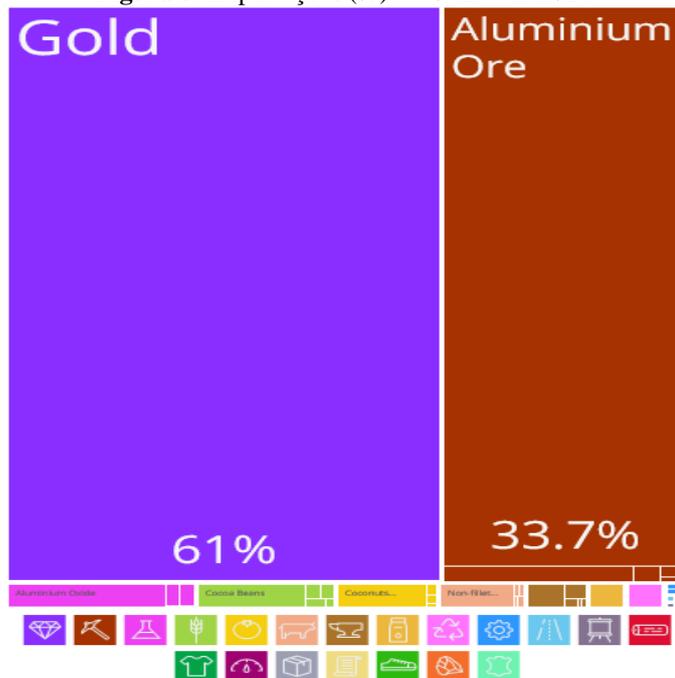
**Figura 7:** Destino das exportações (%) do Gabão em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

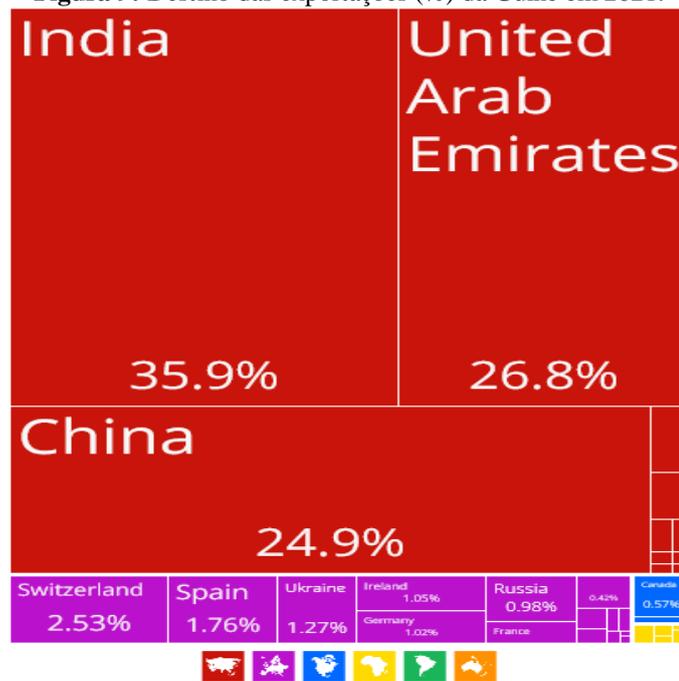
(iv) Guiné

**Figura 8:** Exportações (%) da Guiné em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

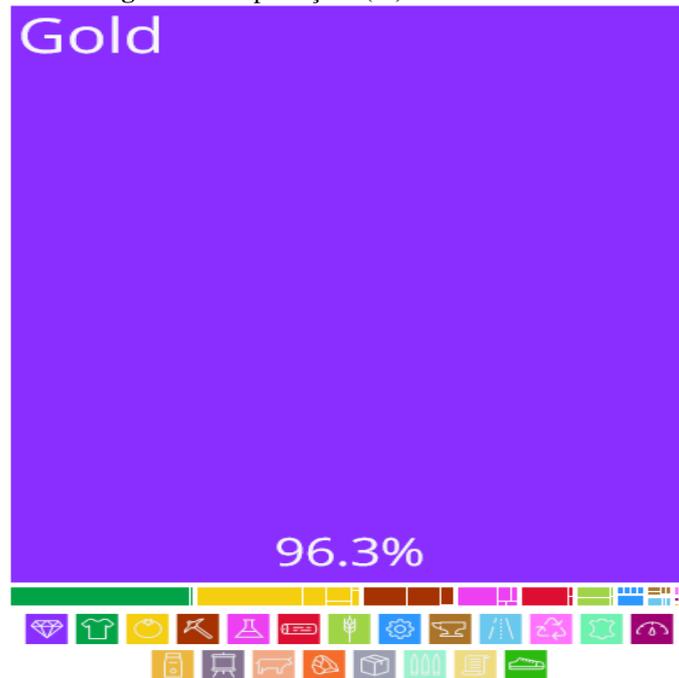
**Figura 9:** Destino das exportações (%) da Guiné em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

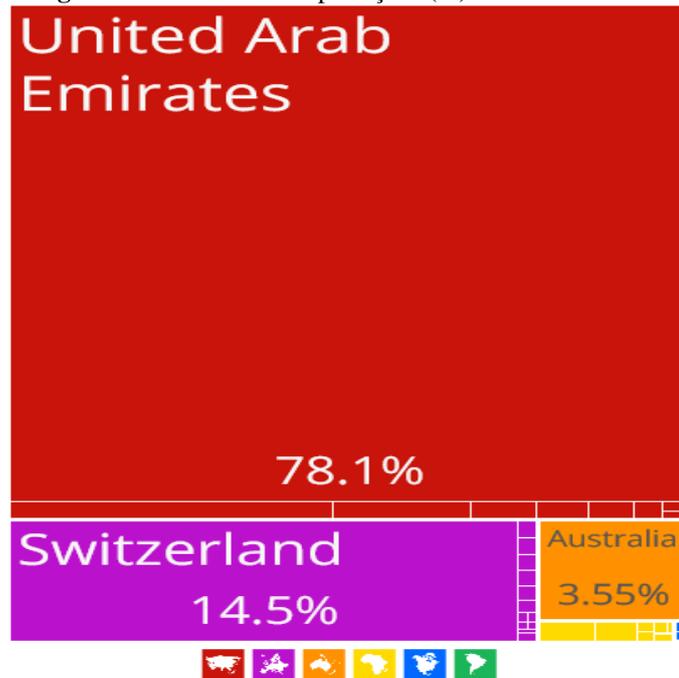
(v) Mali

**Figura 10:** Exportações (%) do Mali em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

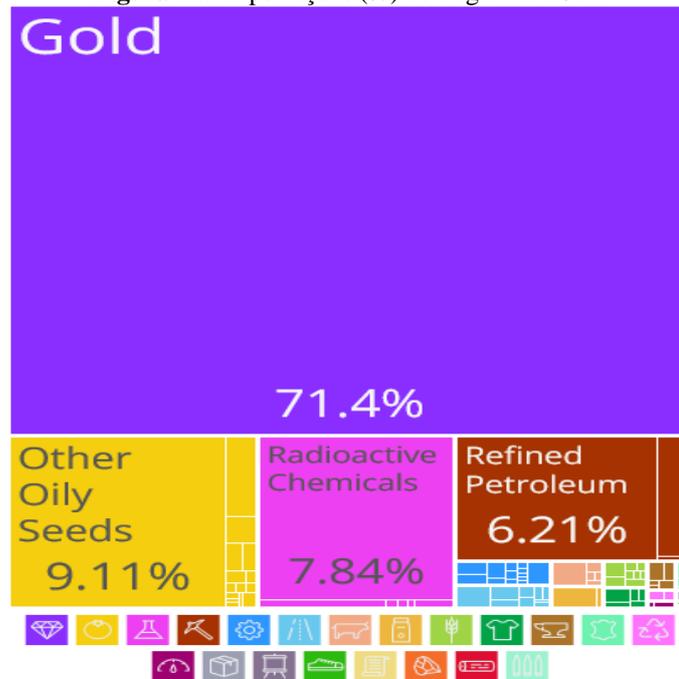
**Figura 11:** Destino das exportações (%) do Mali em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

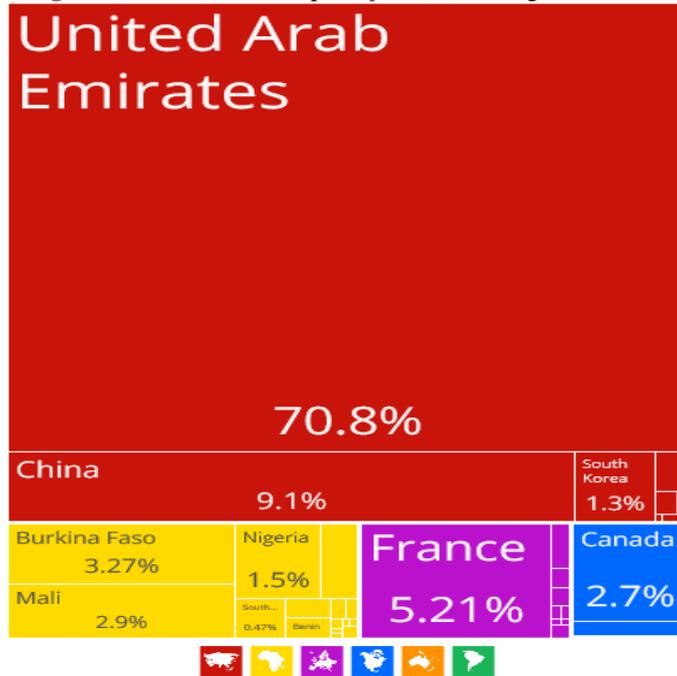
(vi) Níger

**Figura 12:** Exportações (%) do Níger em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

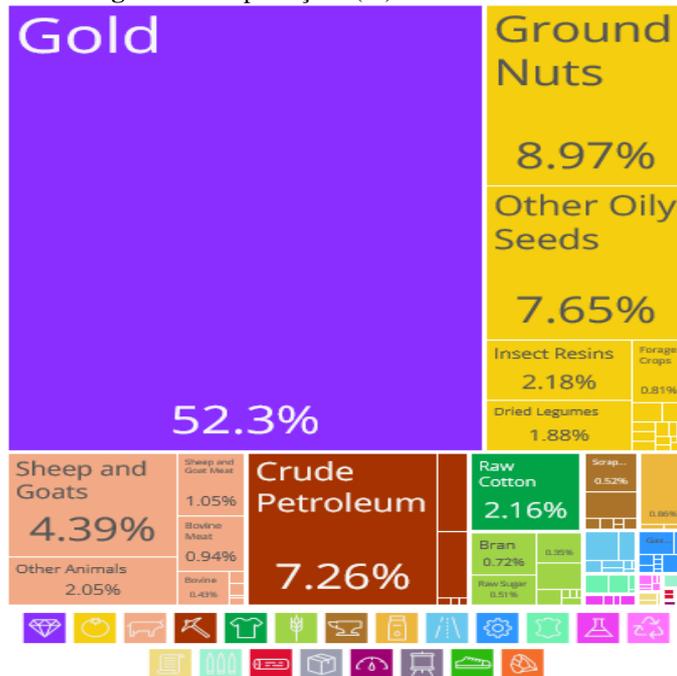
**Figura 13:** Destino das exportações (%) do Níger em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

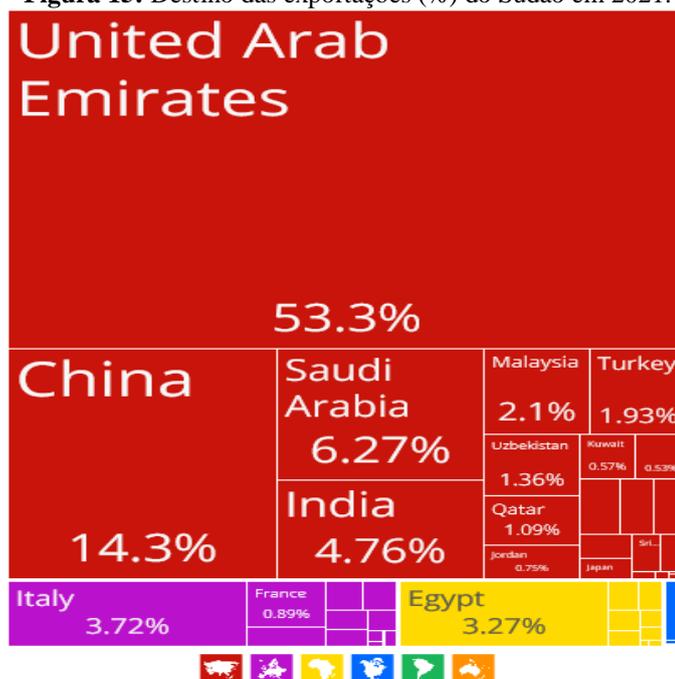
(vii) Sudão

**Figura 14:** Exportações (%) do Sudão em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

**Figura 15:** Destino das exportações (%) do Sudão em 2021.



Fonte: OEC, 2024.

Partindo de uma interpretação dos dados apresentados, também levando em consideração a formação estrutural das economias subsaarianas, nota-se a manutenção do papel econômico desempenhado pelos países da África Subsaariana na divisão internacional do trabalho, como meros fornecedores de matérias-primas, mesmo após alcançada a independência política desses territórios.

É observável também, individualmente, que os países da África Subsaariana estudados se especializaram na exportação de um tipo de mercadoria em especial: ouro ou petróleo. O cobiçado metal precioso correspondeu, em 2021, a 85,3% das exportações de Burkina Faso, 27,7% do Chade, 61% da Guiné, 96,3% do Mali, 71,4% do Níger e 52,3% do Sudão. O petróleo bruto, por sua vez, representou em 2021, no tocante às exportações, a 66,1% do Chade e 60,7% do Gabão (OEC, 2024). Essa dependência demasiada de apenas um ou dois itens primários na pauta exportadora expõe à fragilidade econômica na qual os países subsaarianos estão submetidos, considerando as amplas flutuações de preços, cotação em moeda estrangeira e estabelecida externamente, baixa elasticidade-renda da demanda e aproximação ao modelo de concorrência perfeita. No mesmo sentido, internamente, essa dependência é criadora de estruturas de classe feudais, pouca divisão do trabalho, rendimentos decrescentes, salários flexíveis e criação de poucas sinergias (Reinert, 2016). Ou seja, a submissão ao modelo ricardiano de comércio internacional, enfrentada pelos países ora estudados, os insere da pior forma à globalização econômica, ao mesmo tempo em que os

mantêm em uma estrutura econômica não-capitalista, do ponto de vista interno, ou no mínimo, num modelo de capitalismo absolutamente periférico.

Também se torna relevante apontar que além da estrutura comercial das exportações dos países avaliados ser excessivamente dependente de ouro e petróleo (atividade exportadora ruim), os países destinatários dessas exportações também são pouco diversos. A título de exemplos, 76,8% das exportações de Burkina Faso são destinadas à Suíça, no Mali, 78,1% das exportações são destinadas aos Emirados Árabes Unidos (OEC, 2024). Portanto, a mesma condição econômica observada por Hobsbawm (1988) no período auge do imperialismo (1875-1914), de dependência econômica de um restrito número de países, se repete na atualidade, com a importante distinção dos atores internacionais envolvidos. No período do imperialismo, naturalmente eram as potências colonizadoras europeias que mantinham os laços econômicos de dependência com as suas colônias, enquanto que na contemporaneidade, a figura dos impérios coloniais foi substituída por nações asiáticas, principalmente, como Emirados Árabes Unidos, China, Índia, Taiwan e Coreia do Sul, isto é, um restrito número de países/territórios historicamente periféricos, que conseguiram mudar de posição na divisão internacional do trabalho na segunda metade do século XX, em razão de um conjunto diverso de fatores internos e externos de natureza histórico-estrutural.

Para Reinert (2016, p. 382), a especialização comercial dos países pobres em produtos primários os mantém no lamaçal da pobreza: “A teoria das vantagens comparativas pode aprisionar os países pobres em uma armadilha da pobreza, em uma primitivização produtiva, na qual eles se especializam em ser pobres”. É o fenômeno observado nos países subsaarianos em estudo, a eles foi imposta a teoria das vantagens comparativas no período colonial, e aos mesmos, a teoria ricardiana continua sendo imposta, alterando apenas o polo importador dos bens primários. As matérias-primas que antes fluíam, majoritariamente, para Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Bélgica e Países Baixos, na atualidade rumam, principalmente, aos Emirados Árabes Unidos, China, Índia, Taiwan e Coreia do Sul. Ademais, Nayyar (2014) associa esse padrão de comércio apresentado pelas nações subsaarianas, no qual está implícita a presença da divisão internacional do trabalho, a ausência de industrialização nesses países, e presença de industrialização nos países beneficiados pelas relações comerciais desiguais, fenômeno ignorado na teoria ricardiana.

Em relatório publicado em 2019, o Fundo Monetário Internacional apontou que um cenário global de queda dos preços das *commodities* afeta potencialmente a economia dos países do *Sahel*, pois cerca de dois terços da população regional estão ocupados nas atividades econômicas primárias. Além disso, fenômenos naturais extremos, potencializados pelas

mudanças climáticas, possuem consequências mais intensas em uma região dependente de recursos naturais. O componente macroeconômico mais vulnerável à condição de exportador de matérias-primas, no contexto da divisão internacional do trabalho, o balanço de pagamentos, expõe à fragilidade econômica na qual os países subsaarianos se encontram (FMI, 2019, p. 6):

Em muitos países, fatores importantes de vulnerabilidades do balanço limitam as possibilidades de adotar políticas macroeconômicas que possam eliminar os riscos de uma evolução desfavorável do crescimento. Em vários países, os balanços públicos são desequilibrados em vários aspectos (elevados rácios de endividamento e capacidade de reembolso limitada, baixo nível reservas cambiais) e balanços de empresas financeiras e não financeiras são igualmente frágeis<sup>5</sup>.

Freddy Ngandu (2022, p. 810), ao analisar a complexidade em torno da instabilidade política dos países africanos, apontou que o tráfico mineral altamente lucrativo é um dos quatro fatores que levam a perturbações político-institucionais internas desses países, juntamente com transição democrática mal gerida, problemas étnicos e tribais e grandes jogos de poder. Para o pesquisador (2022, p. 811), em um mercado global, grupos interessados na exploração mineral nos países africanos interferem em assuntos internos, alimentando conflitos e instabilidades, com o objetivo de saciar o apetite por recursos minerais:

No contexto da globalização, os atores reciclam-se nestes conflitos como num verdadeiro empreendimento de guerra. São mercenários profissionais numa competição de alto risco, induzindo um motim enérgico e às vezes um controle dos despojos de guerra em áreas de mineração ou estratégica. Os conflitos latentes são numerosos na África e podem surgir de maneira inesperada com complexidade e problemas igualmente imprevisíveis. Os patrocinadores de tais conflitos espreitam nas sombras, mexendo os pauzinhos para satisfazer os seus apetites vorazes<sup>6</sup>.

As instabilidades político-institucionais enfrentadas pelos países subsaarianos interferem nas decisões de agentes privados em investirem e financiarem empreendimentos nesses países, pois os riscos tornam-se muito elevados, e talvez, insustentáveis. Por consequência, as nações africanas se envolvem em um círculo vicioso de subdesenvolvimento, tendo seus problemas político-institucionais alimentando os problemas

---

<sup>5</sup> Tradução livre do texto original: Dans bon nombre de pays, d'importants facteurs de vulnérabilité des bilans limitent les possibilités d'adopter les politiques macroéconomiques pouvant supprimer les risques d'évolution défavorable de la croissance. Dans plusieurs pays, les bilans publics sont déséquilibrés à divers égards (ratios d'endettement élevés et capacité de remboursement limitée, faible niveau des réserves de change), et les bilans des entreprises financières et non financières sont également fragiles.

<sup>6</sup> Tradução livre do texto original: Dans le contexte de la mondialisation, les acteurs se recyclent dans ces conflits comme dans une vraie entreprise de guerre. Ils sont des mercenaires professionnels d'une compétition à haut risque, induisant une débauche d'énergies et parfois un contrôle de butins de guerre dans les zones minières ou stratégiques. Les conflits larvés sont nombreux en Afrique et peuvent surgir de façon inattendue avec une complexité et des enjeux tout aussi imprévisibles. Les parrains de tels conflits sont tapis dans l'ombre, tirant les ficelles pour assouvir leurs appétits voraces.

econômicos, bem como, o inverso (Ngandu, 2022). Deste modo, nota-se como a atividade mineradora ainda está arraigada aos problemas regionais na África Subsaariana, desde a Era dos Impérios, podendo dizer que os ventos da mineração são capazes de destruir democracias naquele continente. A vantagem comparativa em recursos minerais daqueles países, vem lhes custando a própria soberania.

## **Conclusão**

A formação histórica dos Estados Nacionais da África Subsaariana, ocorrida no contexto do imperialismo, sob a égide teórica ricardiana, moldou profundamente a economia desses territórios. A eles foi imposto o papel de meros fornecedores de bens primários, principalmente minérios e metais preciosos, com o fundamento científico de que possuem vantagens comparativas na produção dessas mercadorias, face a outras nações. À primeira vista, esse argumento teórico ricardiano dá a entender que os países subsaarianos “ganharam na loteria”, por serem ricos em recursos minerais, como ouro, diamante e petróleo, mas a realidade se mostra totalmente oposta.

A vantagem de se especializar na produção de matérias-primas, especializou os países da África Subsaariana na pobreza, instabilidade política e institucional. As grandes riquezas minerais despertaram a cobiça predatória de milícias transnacionais e grupos políticos poderosos e tirânicos, os ventos da mineração afastaram os ventos da democracia na região (Ngandu, 2022). A armadilha das *commodities* afundou os países subsaarianos em um atoleiro socioeconômico sem fim à vista.

Se beneficiar da especialização produtiva dentro de um mundo globalizado, sem sequer ter alcançado o capitalismo industrial, é uma das contradições não reconhecidas pela teoria das vantagens comparativas, pois uma das premissas da teoria ricardiana é a existência de um “sistema comercial perfeitamente livre”, que ignora as inúmeras diferenças qualitativas que existem entre as atividades econômicas, sobretudo, àquelas atividades ligadas aos setores primário e extrativista e os setores industriais (Ricardo, 1996, p. 97). Esse sistema existente no mundo imaginário de David Ricardo e dos economistas neoclássicos, no qual o livre comércio encaminharia todos os países indistintamente ao “reino” da prosperidade econômica e da democracia política, nunca se concretizou, pois os países apresentaram trajetórias econômicas distintas, industrializantes, desindustrializantes ou, em alguns casos, sequer houve experiência industrial (Nayyar, 2014).

Endividados e desestabilizados politicamente, os países subsaarianos não conseguem desenvolver um macrossetor produtivo que fuja do papel que lhes foi imposto na divisão internacional do trabalho, de fornecedores de matérias-primas aos países industrializados. Passados quase dois séculos dessa imposição econômica, o *status quo* ainda permanece, mudando apenas os atores beneficiados, do Reino Unido e França, a China, Emirados Árabes Unidos e Índia, principalmente. Toda a relação comercial desigual que vitima as economias africanas recebe o aval de organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio e Organização das Nações Unidas, esta por sua vez, ambiciona o desenvolvimento do continente por meio de ajuda humanitária oferecida por países ricos, não desenvolvendo as capacidades produtivas próprias (Reinert, 2016).

A África Subsaariana experimentará o desenvolvimento socioeconômico quando os ventos da indústria, do capitalismo não periférico e da democracia soprarem na região, deixando a teoria ricardiana das vantagens comparativas onde ela deve estar, nos livros.

## Referências

- BBC. The ‘Scramble for Africa’. **BBC Bitesize**, [s.d]. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/bitesize/articles/zrfjqfr#zbbmxbk>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. Tradução: Luciana Penteadó Miquelino. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa; DEUS, Natália Müller de; SANTOS, Maria Angélica de Sousa. Territórios africanos: colonização ímpia, descolonização cruel e globalização perversa. **Revista Franco-brasileira de Geografia – Confins**, [S. l.], n. 50, [s.p], jun 2021. DOI: 10.4000/confins.37649. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/37649>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- DAVID, Ricardo. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução: Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- FMI. Afrique subsaharienne: faire face à l’incertitude. **Perspectives économiques régionales**. Washington, p. 1-23, out. 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/fr/Publications/REO/SSA/Issues/2019/10/01/sreo1019>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- FRANCE PRESSE. Sete golpes de Estado em três anos na África; relembre. **G1**, 30 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/08/30/sete-golpes-de-estado-em-tres-anos-na-africa-relembre.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios**. Tradução: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NAYYAR, Deepak. **A corrida pelo crescimento**: países em desenvolvimento na economia mundial. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

NGANDU, Freddy. L'Afrique des incertitudes : des tumultes politiques à l'hypothèque du développement; Analyse d'une approche de dialogue permanent et de communication non-linéaire. **Revue Internationale des Sciences de Gestion**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 803-820, nov. 2022. Disponível em: <https://revue-isg.com/index.php/home/article/view/1131>. Acesso em: 22 jan. 2024.

OEC. **The Observatory of Economic Complexity**. 2021. Disponível em: <https://oec.world/en>. Acesso em: 22 jan. 2024.

PAREDES, Noberto. 7 golpes de Estado en 3 años: por qué hay una ola de alzamientos militares en África. **BBC News Mundo**, 4 set. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/articles/ce7wz137p7no>. Acesso em: 22 jan. 2024.

REINERT, Erik S. **Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres**. Tradução: Caetano Penna. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.